

## **CAPÍTULO I - NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O Balanço Geral da União - BGU constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, representando os Poderes da República e objetiva cumprir o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal. Está estruturado em :

- Volume I: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
- Volume II: BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
- Volume III: BALANÇOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
- Volume IV: DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Os resultados gerais do exercício financeiro estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Demonstrações Contábeis que compõem o BGU foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no caso das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, cujas explicações constam do presente relatório. Outras demonstrações contábeis julgadas relevantes foram inseridas nos Volumes II e III, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Setor Público Federal e atender maior número de usuários das informações governamentais.

Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes e das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, incluindo os recursos com destinações específicas, denominados de Fundos Especiais.

As Demonstrações Contábeis da Administração Indireta são identificadas pela denominação própria de cada entidade. As Empresas de Economia Mista, que não compõem a Lei do Orçamento, são registradas como participação societária em cada Ministério ou Órgão equivalente de sua vinculação. Também fazem parte do Volume III, os Fundos Especiais, geridos por Entidades da Administração Indireta.

A seguir, enumera-se os critérios que nortearam a elaboração das Demonstrações Contábeis:

- a) as demonstrações por órgão são apresentadas individualmente, incluindo os valores com destinações específicas e aqueles recebidos por transferências;
- b) as demonstrações consolidadas, por Órgão, contém todos os valores por ele executados, tanto os oriundos de sua dotação própria, quanto as recebidas por transferências ;
- c) as demonstrações das Empresas Públicas estão inseridas no Volume III, independentemente de constarem da Lei do Orçamento da União;
- d) as demonstrações das Sociedades de Economia Mista, contempladas na Lei do Orçamento, compõem o Volume III; e
- e) a participação societária da União nas Empresas de Economia Mista, não contempladas na Lei do Orçamento, estão inseridas no Volume II - (págs.33/67).

Para efeito de interpretação das Demonstrações Contábeis, considera-se Gestão a parcela do patrimônio gerida dentro do universo público, sujeita à tomada ou prestação de contas, nos termos do Princípio

Contábil da Entidade estabelecido na Resolução n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

A Gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” é a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), todos integrantes da Lei n.º 9.598, de 30/12/97.

## **2 - DIRETRIZES CONTÁBEIS**

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados o regime de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

No Volume III o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial Consolidados incluem os Balanços das Administrações Direta e Indireta, constantes ou não dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto os das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que se encontram em separado.

## **3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO**

Nos Balanços da Administração Direta, os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor de realização. Entretanto, não foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da administração direta.

Os direitos relativos a Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor de realização. Na execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados, parcialmente, os critérios de provisão para perdas prováveis, depreciação, exaustão e amortização somente nas Demonstrações das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Os direitos relativos à Dívida Ativa da União, gestão Tesouro Nacional, foram avaliados pelo valor de recebimento, corrigido pelo índice UFIR referente ao último trimestre de 2001, com base em relatório fornecido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando registrados no SIAFI por Unidade da Federação. Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente, para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes. Comentários relativos à Dívida Ativa, instruídos por quadro demonstrativo e gráfico em 31.12.2002 com os valores atualizados, estão presentes no item 7 do Capítulo II deste relatório. Os registros contábeis, no SIAFI, guardam fidedignidade quanto às informações constantes do Relatório da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, embora se constate critérios diferenciados quanto ao somatório das colunas em relação ao saldo consolidado e registrado no sistema.

Os Investimentos, à exceção das participações societárias, foram avaliados pelo custo de aquisição com a valorização em 31.12.2002. Na Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis. As participações societárias foram avaliados pela equivalência patrimonial dos respectivos investimentos.

Para os Imóveis da União, a avaliação obedeceu aos seguintes critérios:

- a) a reavaliação procedida pelo Secretaria do Patrimônio da União - SPU utilizou como base de cálculo a variação do índice INPC até dez/ 2002, para os imóveis registrados na Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que não foram reavaliados pelas Unidades Gestoras pertinentes;
- b) a reavaliação dos imóveis efetuada pelo sistema obedeceu aos seguintes parâmetros:
  - b.1)  $V_{tt} = A_{tt} \times V_g / m^2 \times F_i$  onde, o valor do imóvel é igual a área total do terreno multiplicado pelo valor unitário por metro quadrado do terreno vezes a fração ideal do imóvel.

- b.2)  $V_b = \text{Somatório } V_{bu}$  , onde  $V_b$  é igual ao valor da benfeitoria do imóvel e  $V_{bu}$  é o valor da benfeitoria da utilização.
- b.2.1)  $V_i = \text{Somatório } V_u$  , onde  $V_i$  é igual ao valor do imóvel e  $V_u$  é igual ao valor da utilização.
- b.2.2)  $V_{tu} = V_{tt} \times F_{iu}$ , onde  $V_{tu}$  é o valor do terreno de utilização;  $V_{tt}$  é o valor total do terreno e  $F_{iu}$  é a fração ideal da utilização.
- b.2.3)  $V_{bu} = A_{bu} \times CUB \times K_p \times K_{cf} \times F_d$ , onde  $V_{bu}$  é o valor da benfeitoria utilizada;  $A_{bu}$  é a área da benfeitoria utilizada,  $CUB$  é o valor do Custo Unitário Básico da benfeitoria utilizada e  $K_p$  é o coeficiente do valor pleno (o usuário deve informar as características da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela);  $K_{cf}$  é o coeficiente da coisa feita (o usuário deve informar a Idade Aparente e o Tipo de Estrutura da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela;  $F_d$  é o fator de depreciação (o usuário deve informar a Idade aparente e o Tipo de estrutura da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela);  $F_d$  é o Fator de depreciação (o usuário deve informar o Estado de Conservação da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela)
- b.2.3.1) o  $V_u = (V_{tu} + V_{bu}) \times F_k$  onde,  $V_u$  é o Valor da utilização;  $V_{tu}$  é o Valor do terreno de utilização;  $V_{bu}$  é o valor da benfeitoria da utilização e  $F_k$  é o Fator de comercialização (pode ser utilizado para correção de discrepâncias entre o custo de construção e o valor de comercialização da mesma – Defaud=1,00).

#### **4 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO**

Os Depósitos, Empréstimos e Financiamentos e Outras Obrigações em Circulação, assim como o Exigível a Longo Prazo, foram corrigidos pelo valor atualizado em 31.12.2002.

#### **5 - CONVERSÃO DA MOEDA**

As Demonstrações Contábeis dos Órgãos com Unidades no Exterior foram convertidas para o real, com base no valor médio das remessas financeiras efetuadas até o último dia do mês de dezembro do exercício.

Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e dólar americano. Esta incompatibilidade de moeda provoca variações monetárias, tendo em vista que a movimentação orçamentária e a financeira ocorrem em momentos distintos, com diferentes taxas.

#### **6 - DISPOSIÇÃO DA RECEITA**

Os registros de classificação da receita são efetuados de forma abrangente, contendo arrecadação, restituições, retificações e incentivos fiscais, apropriados decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Secretaria da Receita Federal - SRF.

As eventuais diferenças entre as informações da SRF e os registros de classificação decorrem de registros de receitas não recolhidas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e, portanto, fora do âmbito da administração da Receita Federal, que são as receitas diretamente arrecadadas e as Operações de Créditos, em bens e moeda.

Nas Demonstrações da Receita por Unidade da Federação e por Região, referentes à Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, foi utilizado o critério de identificação da arrecadação da receita local, com base nas informações encaminhadas pelos bancos arrecadadores. Na colocação de Títulos Públicos Federais e Remuneração de Depósitos do Governo Federal foi utilizada a praça de Brasília.

## **7 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

No exercício de 2002, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado, por ocasião do encerramento do exercício.

## **8 - RESTOS A PAGAR**

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2002, registrados como despesas nos termos dos arts.36 e 103, § único, da Lei n.º 4.320/64 e ainda atendendo os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, bem como o Decreto de nº 4.526, de 18/12/2002.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das Obrigações, tais como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros e estão demonstrados no Balanço Financeiro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

## **9 - RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

O Resultado Patrimonial Negativo da Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, apurado no exercício, teve como fatos que contribuíram para o déficit, decréscimos patrimoniais em valores superiores aos acréscimos patrimoniais, no montante de R\$ 323.939 milhões, oriundos principalmente de baixa de Empréstimos e Financiamentos que foram registrados em duplicidade, no valor de R\$ 156.910 milhões, conforme Notas Técnicas STN/CODIV Nº 639, de 03/6/2002 e STN/COAFI Nº 934, de 30/08/2002 e atualização de obrigações internas e externas, com apropriação de encargos de títulos de curto e longo prazo, tais como CFT-A, CFT-E, LFT, LFT-B, LFT-M, LTN, NTN-A01, NTN-C, NTN-D, NTN-H e NTN-I.

## **10 - MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA**

Este título constante das Demonstrações da Execução da Despesa denota os seguintes fatos orçamentários:

- a) Descentralização Externa de Créditos Concedidos e Recebidos;
- b) Descentralização Interna de Créditos Concedidos e Recebidos;
- c) Outras Descentralizações de Créditos:
  - c.1) créditos recebidos e concedidos por fusão/cisão/extinção;
  - c.2) créditos por compensação/disponível; e
  - c.3) outras movimentações.

Os créditos concedidos e recebidos são movimentações orçamentárias entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta que não alteram a estrutura originária do Orçamento. Tais movimentações conservam a integridade da célula orçamentária, permitindo somente o detalhamento pelo receptor dos créditos. As movimentações podem ser:

- a) internas, dentro do mesmo Órgão ou Entidade;
- b) externas, entre Órgãos e ou Entidades. O resultado líquido apresentado refere-se à variação cambial entre taxas de recursos financeiros diários e a taxa média aplicada por órgão/gestão, no encerramento do exercício, decorrente das movimentações em moedas diferentes.

## **11 - CÉLULAS NEGATIVAS**

Basicamente, a existência de saldos negativos se dá em virtude de créditos orçamentários utilizados e oferecidos pelas setoriais orçamentárias para cancelamentos, utilizando as suplementações sem proceder

aos devidos ajustes, notadamente nas alterações orçamentárias de fontes de recursos. Na totalidade das ocorrências há células positivas compensando-se com células negativas.

## **12 - OUTRAS EXPLICAÇÕES**

As demonstrações contábeis refletem toda a execução orçamentária e extra-orçamentária dos Órgãos e Entidades constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Nas Demonstrações de Contas - Operações de Crédito Internas e Externas - foram considerados os valores registrados em Operações de Crédito a Curto e Longo Prazos.

Estão computados até novembro de 2002 os saldos contábeis, por não terem sido observadas as regras e os prazos de encerramento do exercício das seguintes entidades:

- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FADS, por não integrar o balancete do mês de dezembro; e
- O Banco Central do Brasil, que deixou de detalhar os créditos, para fins de integração, cujo montante foi de R\$ 84.071.715,20.

No Volume III, os consolidados por Órgão consideram as entidades administradas por ele, mantendo a integridade da informação de cada gestão executada, no órgão administrador.